

CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís. (Orgs.). *Polifonia do patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012. 460p.

Karla Cristina Damasceno de Oliveira^{*}



As discussões sobre patrimônio, a partir do século XVIII, se articularam à noção de cultura e à necessidade de proteger os bens culturais. Os conceitos atuais de patrimônio cultural, de forma ampliada, passam pelo entendimento de que o patrimônio cultural deve ser entendido como o conjunto dos bens que constituem os testemunhos de uma sociedade e contribuem para a construção da identidade e para a representação do pensamento e das realizações. Para Françoise Choay, em “Alegoria do Patrimônio” (2001), essa noção vincula-se à capacidade simbólica de mobilizar a memória de determinado grupo, através da afetividade, possibilitando a vinculação com o passado e a preservação da identidade da comunidade.

De um conceito que se referia aos grandes monumentos artísticos do passado a uma concepção de patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas integram-se, ao conceito, paisagens, arquiteturas, falares, lugares, tradições, formas de expressão, modos de fazer, documentos, sítios arqueológicos, dentre outros, que passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e órgãos governamentais.

^{*} Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins.

“Polifonia do Patrimônio” apresenta dezesseis artigos de especialistas em patrimônio cultural e se propõe a apresentar o estado da arte referente ao tema. Aborda diferentes perspectivas e experiências de trabalhos que podem contribuir para discussões e debates sobre diferentes aspectos da área patrimonial. O termo “polifonia”, escolhido para compor o título da obra, faz referência às múltiplas e diferentes abordagens, sujeitos, recortes e aspectos estudados pela área, como o patrimônio ambiental, ferroviário, industrial, arqueológico, material, imaterial e a educação patrimonial.

Izabela Tomaso, no artigo “Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade”, aborda o patrimônio sob a perspectiva antropológica e analisa os conceitos de memória, identidade e patrimônio sob a ótica da história, da antropologia e da sociologia. A autora ressalta a falta de critérios na aplicação de políticas públicas de patrimônio e destaca as incongruências e disputas do campo da patrimonialização. Nesse artigo, Tomaso traça paralelos entre a história, a memória, a identidade e o patrimônio e destaca os processos de patrimonialização ocorridos nos anos de 1990. A preservação da memória e da identidade ucranianas são tema do capítulo “Memória e preservação: os imigrantes ucranianos no Paraná”, de Márcia Scholz de Andrade Kersten. A autora analisa o patrimônio imaterial da comunidade ucraniana do Paraná, atenta para as peculiaridades desse patrimônio e ressalta a importância em se acolher as manifestações culturais desse grupo para a salvaguarda do patrimônio. Kersten aborda a importância da preservação da memória e da cultura dos imigrantes ucranianos no estado do Paraná, através dos bens de natureza material e imaterial.

“Notas sobre o patrimônio ferroviário de São Paulo”, de Ana Luíza Martins, Jordana Cardoso e Marcelle Marques de Andrade, analisa a história do patrimônio ferroviário do estado de São Paulo, discute o estado de abandono da malha ferroviária federal e propõe um inventário de conjuntos a serem preservados no Estado. O artigo visa trazer entendimento que se refere à importância histórica do patrimônio ferroviário de São Paulo como parte do patrimônio industrial paulista. A história de São Paulo está ligada à instalação da malha ferroviária que compõe a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.). Tendo em vista a importância histórica do patrimônio ferroviário de São Paulo, as autoras propõem a realização de um inventário de identificação e registro das características desse patrimônio. O texto ressalta a importância da tomada de medidas e ações em caráter de urgência, como a restauração de linhas e estações, analisadas como lugares de memória.

Ciência e tecnologia é o assunto que norteia o trabalho de Marcus Granato e Mariana Lamas Bezerra, “Patrimônio cultural da ciência e tecnologia: conceituação e estudos realizados no MAST”, em que se ressalta a importância de pesquisas que tenham como foco o patrimônio cultural da ciência e tecnologia e sobre como objetos da área podem ser utilizados como fontes de pesquisa para a história da ciência. Valorizar o patrimônio de C&T significa utilizá-lo como fonte histórica, capaz de revelar aspectos sociais, econômicos e culturais, que podem ser utilizados em estudos comparativos e analíticos. Os objetos do patrimônio cultural de C&T fizeram parte de laboratórios científicos e de tecnologia e representam parte do desenvolvimento científico e tecnológico realizado pelo homem. Diversas iniciativas foram tomadas para que esse patrimônio fosse devidamente preservado e é utilizado frequentemente como recurso para pesquisas nas mais diversas áreas que englobam o conhecimento, sendo também utilizados como fontes para a história da ciência. Os autores citam a ausência de legislação de proteção e que seja específica para esse tipo de patrimônio.

Indo ao encontro desse aspecto, qual seja, a discussão sobre políticas públicas na área cultural, Lúcia Glicério escreveu “Museus e políticas públicas no Brasil: uma leitura”. O artigo se propõe a ser uma síntese das relações entre museus e políticas estatais no Brasil. Trata de instituições como o antigo SPHAN, e outros órgãos, responsáveis por cuidar do patrimônio, e museus, no Brasil. A autora aborda temas afeitos à museologia, com objetivo de relacionar as políticas públicas brasileiras de diferentes épocas com o tema. Assegura a importância das instituições museológicas e destaca aspectos políticos com o objetivo de facilitar a compreensão da relação existente entre política e museologia. Patrimônio arqueológico é o tema do trabalho de Gislaine Tedesco. “Patrimônio arqueológico e urbano brasileiro: o caso da cidade de Goiás”, no qual encontra-se uma análise feita sobre os achados arqueológicos resultantes das escavações necessárias à adequação da cidade de Goiás à obtenção do título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A partir dessas escavações surgiu, segundo Tedesco, um patrimônio arqueológico constituído pelo “lixo” do passado, agora convertido em documento. Mais de 13 mil fragmentos arqueológicos, oriundos dos séculos XVIII e XIX, foram coletados, trazendo à tona um pouco mais do passado da Vila Boa de Goiás. Ainda tratando do patrimônio urbano, mas agora discutindo o caso do patrimônio edificado, há o artigo de Zuleide de Paula intitulado “O patrimônio urbano e o restauro: a Casa da Criança de Vilanova Artigas”. O trabalho apresenta um estudo acerca do debate sobre o patrimônio, no séc. XIX, e avança até os debates, na contemporaneidade, sobre a relação entre patrimônio e restauração. Em particular, analisa a restauração do prédio que atualmente abriga a Casa da Criança, projetada pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas, na cidade de Londrina (PR) e as polêmicas e implicações suscitadas pela obra.

Dentre os artigos apresentados, cinco deles tratam, particularmente, de documentação. Nessa linha, *Polifonia* apresenta “Patrimônio industrial: memória, acervos e cidade”, escrito por Cristina Meneguello. O artigo analisa documentos e legislações relativas ao patrimônio industrial, bem como estuda instituições que trabalham na área de preservação do patrimônio, tanto no Brasil quanto no exterior, e as legislações específicas da área de patrimônio industrial de alguns países. Meneguello entende a memória, do trabalho e do trabalhador, enquanto patrimônio, e propõe a inclusão – no âmbito patrimonial – de aspectos inovadores como o conhecimento de técnicas utilizadas para produção, organização e até mesmo sociabilidade entre os trabalhadores, dentro e fora do espaço destinado à produção. A autora assegura que a preservação dessa memória tem caráter político e civil e deve ser abordada no âmbito das discussões sobre o patrimônio industrial. No tocante aos acervos, sejam objetos (ferramentas, instrumentos de precisão, manuais e outros), documentos e até mesmo acervos artísticos relacionados ao tema, a autora os identifica como de difícil guarda e manutenção, mas importantes para a memória industrial.

Benito Bisso Schmidt e Clarice Gontarski Speranza discutem, em “Processos trabalhistas: de papel velho a patrimônio histórico”, acerca da urgência em se preservar processos trabalhistas que, pela legislação vigente, são destruídos cinco anos após o fim de tramitação. Os autores ressaltam a importância da patrimonialização dos acervos da Justiça do Trabalho enquanto destacam as diversas qualidades inseridas nesse tipo de documentação. Deste modo, que argumentos poderiam ser utilizados para que esses documentos sejam preservados? Para impedir a destruição total de processos trabalhistas, os TRT's do Brasil criaram espaços destinados a preservação, como o Memorial da Justiça do Trabalho (RS) e o Fórum Amplo Nacional Permanente em defesa da preservação documental da Justiça do Trabalho. Os documentos preservados se inserem em dois eixos indispensáveis para sua preservação, o valor jurídico e o valor histórico. Zélia Lopes da Silva apresenta “Os desafios dos lugares de memória: o CEDAP em discussão”, no qual analisa o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDAP) da Faculdade de Letras de Assis/ UNESP e destaca o duplo papel do CEDAP: lugar de memória e centro de pesquisa. Analisa a história do Centro e da formação de seu acervo. A autora discorre sobre o CEDAP, suas modificações com o passar dos anos e a importância dos encontros científicos, que permitem que seus participantes discutam sobre os bens culturais, cativando o interesse de alunos e traçando um paralelo entre o passado e as futuras gerações. A autora ainda trata da alteração do conceito dos lugares de memória “que passaram a buscar alternativas para maior proximidade com a sociedade mais ampla” (p. 294).

Em “Centros de documentação nas universidades: preservação e pesquisa”, Vítor Wagner Neto de Oliveira analisa os critérios para escolha do que devia ser conservado (ou não) - do patrimônio documental das décadas de 1970 e 1980 – durante o processo de redemocratização política do país no setor de Documentação Histórica da Universidade Federal de Três Lagoas. De acordo com Neto de Oliveira, a conjuntura política, marcada pelo marxismo inglês e pela Nova História, influenciou na organização dos acervos e das tipologias documentais dos centros de preservação. No âmbito da criação de centros de documentação, Cacilda Maesima levanta, em “De centro de documentação a lugar de memória”, pontos que contribuíram para os surgimentos de centros de documentação universitários, além de discutir sobre a noção de centro de documentação a partir do olhar da ciência da informação e suas funções, e estuda a criação e trajetória do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, importante órgão de salvaguarda do patrimônio histórico e arquivístico que privilegia a salvaguarda de documentação de caráter regional. A análise comparativa entre fotografias antigas, e atuais, de patrimônios históricos é apresentada no capítulo “Leituras do patrimônio histórico: perspectivas a partir de fotografias terrestres repetidas”, de Christian Brannstrom, Devora Aertker e Kelly Lemmons. O artigo é resultado de estudo comparativo de fotografias antigas de paisagens urbanas e rurais e a tentativa de reprodução das mesmas paisagens a partir de perspectivas próximas da foto original e utilizando a metodologia *repeat ground photography*. O patrimônio histórico é utilizado como objeto para atividades pedagógicas desenvolvidas com alunos norte-americanos, de graduação, no Brasil e possibilita a observação dos impactos dos processos históricos nas paisagens.

O patrimônio ambiental é tema do artigo de Jozimar de Almeida. “O patrimônio ambiental é histórico” analisa o patrimônio ambiental a partir da articulação entre os conceitos de história, ambiente e patrimônio. No texto, Almeida trata o patrimônio ambiental como histórico e como direito de todos, além de discutir sobre o entorno de lagos e vales da cidade de Londrina (PR) nos quais ocorrem abusos contra as leis de preservação ambiental por segmentos economicamente privilegiados da cidade. Em “Amazônia, patrimônio e cultura”, Marcos Montysuma se posiciona contra a proposta de patrimonialização da Amazônia sob o argumento de que os diversos povos que habitam a região têm o direito de decidir sobre o espaço em que habitam e, dessa forma, não podem se submeter - a outras pessoas e entidades – às decisões sobre suas vidas, seus territórios, suas identidades. No trabalho “História, natureza patrimônio e identidade: a educação ambiental e os professores de história da rede

pública de ensino de Cuiabá”, Ely Bergo Carvalho estuda as representações de natureza elaborada pelos professores de história de duas escolas da rede pública de ensino básico da cidade de Cuiabá (MT). Mediante o uso da metodologia da história oral, o estudo indica a existência de uma representação separada entre natureza e história/cultura, por parte do grupo de professores entrevistados; também demonstra que outro conjunto de professores entrevistados possuía uma representação mais complexa de natureza, sendo necessário adicionar, ao estudo, os conceitos de identidade e patrimônio.

Os artigos publicados em *Polifonia do Patrimônio* contribuem para os estudos e debates entre os profissionais e pesquisadores por apresentar uma multiplicidade de conceitos, experimentações metodológicas, problemas, lutas e disputas enfrentados *no e pelo* campo. Alguns autores denunciam, como não poderia deixar de ser, a falta de critérios na criação e aplicação de políticas públicas de preservação e patrimonialização. Entretanto, não devemos perder de vista que a patrimonialização deve basear-se, segundo Nara (1994), Cavalcanti (2008), Boylan (2006), Borges e Campos (2012) e Fonseca (sd), por exemplo, na noção de valor e de referências identitárias que os grupos conferem aos seus bens culturais. Observa-se também que, além do campo do patrimônio ser um dos espaços simbólicos de afirmação das identidades, é um campo de interesses contraditórios, tensões, conflitos e disputas e que a patrimonialização de um bem resulta de uma escolha arbitrária de legitimação da identidade e da memória, como bem explicitam Gilberto Velho (2007), Mário Chagas (2007) e Regina Abreu (2007). Ademais, legislar a respeito do patrimônio também significa usá-lo como instrumento de transformação e de participação política.

De forma ampliada, os artigos buscam dar voz a grupos considerados subalternos e/ou marginalizados, como escravos africanos, trabalhadores urbanos, habitantes das florestas, pescadores e moradores do litoral, imigrantes, pessoas comuns que sofrem exploração trabalhista, etc. As obras apresentam estilos objetivo e simples e estão alinhadas com as discussões atuais acerca do patrimônio e dos processos de patrimonialização.

Referências

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007: p.263-286.

BOYLAN, Patrick J. The intangible heritage: a challenge and an opportunity for museums and museums professional training. **International Journal of Intangible Heritage**, v. 1, 2006, p. 53-65.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, Teresa C.M.; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia G. de Souza; BARRIOS AMBROCY, Gladis. (Orgs.). **Termos e conceitos da museologia**: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Rio de Janeiro: MAST/UNIRIO, 2012. p. 112-123. (IV Encontro Regional ICOFOM-LAM. Documentos de trabalho)

CAVALCANTI, M. L. V. C. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. (Org.). **Patrimônio Imaterial no Brasil**: legislação e políticas estaduais. Vol. 1. Brasília: UNESCO/Educarte/Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, 2008. p. 11-36. Disponível em <unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884por.pdf> acesso em 12. jul. 2010.

CHAGAS, Mario. de S. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.175-198.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In **Políticas Sociais** – acompanhamento e análise. S.d. p. 111-120. Disponível em https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf f. Acesso em 04. Abr. 2010.

NARA. Documento de Nara sobre a autenticidade (1994). **Centro de Documentação UNESCO – ICOMOS**. Fevereiro de 2007. p. 1-5. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf> Acesso em 17. Ago.2012

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-262.

Recebido em: 03.07.2013

Aceito em:06.01.2014